

César Augusto de Assis Silva (NAU-USP/Cebrap)

Resumo:

A língua brasileira de sinais (libras) foi reconhecida pela lei federal 10.436 de 24/02/2002. Desde então, desenhou-se uma política na educação e na garantia de acessibilidade no espaço público em que ela é compreendida com a primeira língua dos surdos e o português em sua modalidade escrita a segunda língua. Os sinais que durante todo o século XX estiveram numa posição marginal, muitas vezes proibitiva, tornaram-se meio legítimo de comunicação, língua para todos os efeitos. Como surdos e ouvintes partilham os mesmos territórios, geralmente estão em situação cotidiana de diglossia, isto é, quando duas línguas com status diferenciado coexistem. Assim, há um fenômeno sociolinguístico de fronteira que carece de descrição: a tensão que se estabelece entre a língua de sinais e a oral nacional, bem como um continuum no qual seus elementos se sobrepõem, sendo o português sinalizado, uma forma específica de pidgin, um de seus produtos. A intenção é compreender a lógica social (sociológica) de valorização e precificação de variantes linguísticas e sujeitos e a definição de fronteiras e naturezas estáveis entre português sinalizado e a libras, em um embate por legitimidade.

Palavras-chave: libras, português sinalizado, surdez.

Introdução

Quais seriam as condições sociológicas necessárias para se fazer uma língua de sinais nacional? É com essa pergunta sobre o processo de constituição que tenho analisado a *língua brasileira de sinais (libras)*. Ciente da complexidade e do grande tamanho de tal investigação, tenho focado na descrição de alguns de seus processos sociológicos gerais: associação primária de surdos, sociabilidade em sinais e território,

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2024.

fala pública de poder em sinais, reivindicação e normatização da libras, constituição de uma elite linguística, tensões entre variantes (i)legítimas de manejo dos sinais e capitais linguísticos em libras. Dado os limites deste artigo, o foco de análise é a constituição de variantes legítimas e ilegítimas de manejos dos sinais². Como é sabido, as variantes linguísticas que se impõem como legítimas – o arbitrário feito necessário – são vistas como corretas e prestigiosas, ocorrendo uma desvalorização de outras variantes que a elas se opõem.

As línguas de sinais apresentam variações de toda ordem: regional, geracional, étnica, de gênero, de classe, de escolaridade, orientação sexual e religião em planos de análise distintos (fonologia, léxico e morfologia) (Woodward, 1990; Xavier, 2019). O tipo de variação que interessa a esta análise é bastante específico. A convivência entre falantes de duas ou mais línguas com status diferenciados em um mesmo território consiste na condição de diglossia. Geralmente, de acordo com a situação comunicativa, uma das línguas é exigida. No caso das línguas de sinais, a situação de diglossia produz um fenômeno determinado, o estabelecimento de um continuum que vai da língua oral à de sinais, no qual elementos de ambas se mesclam produzindo uma situação de indiferenciação em certas performances linguísticas (Woodward, 1990). São essas variações que interessam esta análise, produtos de um nível maior ou menor de proximidade entre elementos da língua de sinais e da língua oral. Como resultando, estabelecem-se modos distintos de se manejar os sinais quanto à ordem, a necessidade ou não de um certo léxico, ou mesmo como os sinais são performatizados, com mais ou menos expressividade (como pretendo evidenciar mais abaixo).

No caso brasileiro, entre os diversos efeitos desse continuum está o *português sinalizado*, isto é, uma expressão dos sinais colados na sintaxe linear do português. Do ponto de vista linguístico, o português sinalizado não é propriamente uma língua, mas uma forma específica de pidgin, uma língua de contato, resultado dessa sobreposição (libras e português). Processo semelhante ocorre em outras línguas de sinais, produzindo o inglês sinalizado, o espanhol sinalizado, o francês sinalizado, etc.

² “Sinais” nas línguas de sinais são equivalentes a “palavras” na língua oral, a dimensão do léxico. Nesta análise, opto muitas vezes por dizer “os sinais”, ao invés de língua de sinais ou libras, por ser um termo ainda mais genérico, capaz de abarcar outros usos dos sinais da libras, como é o caso da expressão do português sinalizado.

Para uma melhor compreensão do problema a seguir, algumas especificidades dessa língua (a *libras*) precisam ser ditas como ponto de partida. Trata-se de uma língua extremamente recente. Apenas nos anos 1980 surgiram as primeiras afirmações do estatuto de língua de uma língua de sinais no Brasil (Ferreira Brito, 1984), a qual foi reconhecida em 2002 como meio legal de expressão e comunicação (lei federal 10.436).

Por conta de surdos nascerem em sua maioria em famílias ouvintes, os sinais geralmente não são aprendidos no âmbito da família. Eles são originários sobretudo das escolas especializadas como o INES, escolas católicas, privadas e municipais. Estas constituem os territórios que historicamente associaram primariamente surdos e a partir dos quais os sinais puderam emergir e se solidificarem. Assim, nos termos de Quadros (2017), a *libras* na maioria das vezes é uma língua de herança da comunidade, e não da família.

Em decorrência disso, não está garantido na biografia da criança surda o acesso à língua de sinais. Isso vai depender da história familiar, do acesso à educação bilíngue e das possibilidades de sua localidade. A criança pode seguir o rumo da oralização, ou até mesmo do implante coclear, que podem se combinar ou se afastar completamente da língua de sinais³.

Uma característica importante para o argumento a seguir é que surdos e ouvintes estão em um mesmo território, daí a condição de diglossia. Por mais que se tenham processos históricos consistentes de territorialização surda, onde os sinais circulam livremente, em escolas especializadas, pontos de encontro, associações, igrejas, instituições acadêmicas, ainda assim, a trajetória cotidiana de surdos é marcada por interações com ouvintes, em língua portuguesa, nos mais diversos espaços. Por exemplo, geralmente o próprio âmbito doméstico é composto por familiares surdos e ouvintes. O transporte público, o comércio, as escolas e empresas também são de maioria ouvinte. A mídia televisiva e o smartphone de cada um, ainda que os sinais estejam presentes, seguem tendo o português como língua dominante. De modo que, apesar de sujeitos surdos estarem posicionados numa rede sinalizante, precisam se expressar em e compreender performances linguísticas da língua portuguesa, de maneira sistemática e cotidiana, em

³ Cabe ainda uma outra investigação sobre a tensão entre surdos sinalizados versus oralizados e o embate entre *libras* e português na disputa por representação da surdez/deficiência auditiva. Dado os limites deste artigo, não pude contemplar essa questão.

várias interações. Isso faz com que elementos do português e da libras se combinem e concorram em suas trajetórias de conformação de um *habitus* linguístico pessoal.

Por fim, somente do ponto de vista linguístico há uma igualdade formal entre o português (ou as línguas orais) e a libras (ou as línguas de sinais). Do ponto de vista sociológico, há uma desigualdade incomensurável. O português é a língua oficial do Estado, língua da maioria, a variante culta, possui escrita disseminada, utilizada em tratativas jurídicas e comerciais e majoritariamente em âmbitos acadêmicos, além de ser a língua que se espera que um brasileiro fale. Em comparação, a libras torna-se uma língua minoritária. Soma-se a isso, o fato de ela ter uma modalidade de expressão também menos comum: gesto-viso-espacial. O que gera desconhecimento da maioria das pessoas do seu estatuto de língua natural (como afirmam os linguistas), nacional (não internacional, por não serem gestos), autônoma e independente da língua portuguesa (haja vista que a língua gestual portuguesa não se assemelha a libras, por exemplo).

Importante explicitar também qual é a abordagem do fenômeno linguístico na qual está investigação está situada. Do meu ponto de vista, língua é uma técnica corporal, no sentido de Marcel Mauss (2003), um modo como os homens se valem de seus corpos como instrumento e meio técnico numa certa tradição aprendida, que se reproduz via imitação de sujeitos com prestígios. Ainda nessa mesma linha aberta por Mauss, com as formulações da sociolinguística de Bourdieu (1998), técnica corporal é tornada mais complexa, com o seu conceito de *habitus* linguístico, isto é, esquemas corporais que são disposições duráveis conformadas numa trajetória, cuja produção, os discursos, são precificados no mercado de bens simbólicos, numa luta por legitimidade entre agentes.

Traduzindo para os dados empíricos em questão, sujeitos surdos (e ouvintes) nessa rede sinalizante estão em constante conformação de *habitus* numa certa trajetória sociológica (desde a mais tenra infância), em que elementos deste continuum libras-português concorrem na definição de disposições corporais. Os efeitos da combinação do continuum são produções de performances linguísticas heterogêneas com relação ao manejo dos sinais (mais próximos ou distantes do português). Sujeitos em relações sociais de força (lutas por legitimidade e ocupação de posições) tomam essas variações linguísticas com objeto de precificação, no mercado de bens simbólicos, criando hierarquias entre performances e sujeitos. Nesse jogo, determinados sujeitos estão autorizados ou não a falar (sinalizar), e serão dignos ou não de audiência. Sendo um dos

efeitos históricos da luta por legitimidade o processo de classificação, separação e purificação de elementos das línguas compreendidas como entidades dadas e naturais.

O desenho do problema: a tensão social entre a libras e o português sinalizado

Nos cursos de libras que frequentei, uma didática muito presente era o ensino de sinais considerando um conjunto temático (família, países, estados brasileiros, cores, animais, frutas, etc.). Por haver, naquele momento, poucas pesquisas sobre processos morfológicos e sintáticos da libras, a metodologia do ensino estava bastante focada no léxico, em um esquema em que cada palavra do português tinha o seu sinal equivalente em libras.

Esse modo de ensinar sinais aplicado por alguns professores surdos de libras desenhava um paradoxo. A aprendizagem quase exclusiva do léxico estimulava o uso dos sinais na sintaxe linear do português, o dito *português sinalizado*, visto ser a língua primeira dos alunos ouvintes. Contudo, essa produção dos alunos passava a ser repreendida pelos professores, marcada como errada. Como exemplo, para demonstrar que aquele uso dos sinais colados no português era indevido, um professor chegou a passar vídeos com performances de um surdo e uma intérprete utilizando esse manejo, explicitando o seu desprestígio e desvalor, por não ser a verdadeira libras. Outros dados levantados por meio de etnografia corroboraram o entendimento dessa normatividade.

Em uma mostra de cinema sobre surdez em São Paulo, no ano de 2002, antes do filme começar, duas senhoras surdas solicitaram ao intérprete de libras que ele utilizasse o português sinalizado. Prontamente, o intérprete se recusou, afirmando que havia sido contrato pela Feneis e Prefeitura de São Paulo para interpretar para a libras. A contragosto, as duas senhoras consentiram, ficando evidente a oficialidade e a o status superior da libras em relação ao português sinalizado.

Em outra ocasião, a hierarquia entre os manejos dos sinais também se fez presente, com outra implicação. No ano de 2007, em uma aula de antropologia na USP, convidamos dois jovens surdos (uma moça e um rapaz) para partilharem suas experiências e trajetórias. A moça surda falou primeiramente, utilizando os sinais em proximidade com o português, além de articular várias palavras conjuntamente. Na

sequência, quando tomou a palavra (ou os sinais), o rapaz surdo convidado fez o seguinte contraponto: a moça que dividia a aula com ele não teria identidade surda, pois é oralizada e seus sinais são próximos do português, devendo ser vista como “deficiente auditiva” e não “surda”. Ao contrário dele, que usava libras, com os sinais devidamente distanciados do português, sendo ele propriamente “surdo”, membro de uma comunidade linguística.

Em 2009, num congresso internacional de educação de surdos no Rio de Janeiro, a diretora de uma escola especializada de São Paulo passou vídeos com atividades de seus alunos. Entre eles, uma aluna surda, ainda criança, apareceu utilizando um português sinalizado bastante rigoroso, visto que todas as palavras eram articuladas e sinalizadas conjuntamente. Quando retomou a palavra, a diretora enfatizou para o público presente que a fala daquela aluna já estava sendo devidamente corrigida, marcando o português sinalizado como uma fala anormativa a ser superada, em favor da libras.

Durante os vários anos que fiz etnografia na Pastoral dos Surdos da Igreja Católica, a tensão entre a libras e português sinalizado sempre foi uma questão presente. É necessário considerar que a relação entre a Igreja e a surdez é de longa duração, diversos agentes católicos atuaram tanto na oralização, como na comunicação total⁴. De modo que a oralidade canônica de rituais católicos, em certos contextos, estava cristalizada em performances do português sinalizado, ensinados e incorporados há décadas por membros surdos. O advento do bilinguismo e a emergência mais recente de intérpretes católicos treinados por protestante e alinhados a uma nova normatividade acadêmico-linguística da libras impulsionaram um acirramento da tensão libras *versus* português sinalizado nas paróquias. Os novos intérpretes passaram a empreender um desmonte do português sinalizado na liturgia católica, muitas vezes contrariando o modo de surdos sinalizarem em missas, ritos e orações.

Indo além da esfera religiosa, após o reconhecimento jurídico da libras, pelos menos dois novos profissionais ganharam bastante espaço em um mercado: o intérprete libras/português e o professor de libras (em todos os níveis e modalidades de educação). Ambos estão norteados por esse ideal de uso dos sinais distanciados do português, havendo sobre suas performances uma rigorosa vigilância dos pares. Para esses

⁴ Ambas são políticas pedagógicas que antecederam o bilinguismo atual. O oralismo foi vigente no Brasil desde fins do século XIX até os anos 1980, cujo objetivo fundamental era fazer o surdo falar. A comunicação total foi dominante nas décadas de 1980 e 1990, nela diversas formas de comunicação passaram a ser aceitas para garantir o acesso ao conteúdo escolar: língua oral, de sinais, desenhos, mímica, teatro, leitura labial, escrita, etc.

profissionais, ter uma performance linguística que possa ser classificada como português sinalizado seria um desastre que levaria a uma perda de capital simbólico, com consequências profissionais e financeiras negativas.

Apesar de ter identificado essas disputas por legitimidade descritas acima, é necessário considerar que a tensão libras *versus* português sinalizado é absolutamente dependente do contexto sociológico. Em muitos ambientes, como um simples bate-papo informal, faz pouca diferença ou nenhuma se o falante utiliza os sinais próximos ou distantes do português, ou misturados com a oralidade. De outro modo, algumas situações elevam a tensão classificatória e a exigência normativa da libras a um nível máximo, sobretudo os eventos que constituem ritos de instituição da natureza da língua, como exemplo: a aula de um professor de libras; o discurso público de um ativista surdo defensor da libras em contexto de luta por direitos; a expressão em sinais na atuação de um intérprete profissional; a comunicação pública em sinais de um pesquisador de libras no contexto acadêmico. Nesses casos, capitais linguísticos em libras são altamente exigidos, estando desautorizados a falar aqueles que não atingem a quantidade necessária. Essa tensão pode se acirrar ainda mais de acordo com a formalidade e a oficialidade do evento, bem como é afetada pelo nível de centralidade das instituições e status dos sujeitos presentes na plateia.

Um pouco de história: o contexto da comunicação total

Alguns dados etnográficos e históricos que revelam que houve um momento em que essa classificação de variantes e esse tabu separador de elementos das línguas não estavam bem estabelecidos: sinais e oralidade travavam relações incestuosas de maneira bastante intencional. Se consideramos a publicação de padre Eugênio Oates (1990 [1969], *No silêncio da fé*, identificamos um português perfeitamente sinalizado das orações católicas. Nenhuma palavra escapava à sua expressão em sinais (ou gestos, como muitas vezes chamava). Mesmo palavras que raramente são traduzidas para libras: a conjunção “E”, as preposições “A” e “EM”, os verbos “É” e “ESTAR”. Essa proximidade não era um problema, mas um objetivo.

Em minha etnografia, identifiquei esse rigor na sinalização do português sinalizado em alguns surdos idosos no contexto católico, provavelmente por influência dessa tradição. Uma senhora surda, catequista há décadas em uma paróquia que congrega

surdos em São Paulo, é bastante primorosa em seu português sinalizado, não deixando nenhuma palavra sequer sem sinal, performatizando os sinais de um modo muito diferente dos próprios jovens surdos presentes.

Já no contexto protestante batista, percebi a consolidação de uma disciplina separadora de sujeitos e elementos da libras e do português, dada a centralidade que o missionário-intérprete toma no ministério. Tudo se passa como se fosse propriamente a função do intérprete realizar esse trabalho cotidiano de separação de elementos das duas línguas, em um jogo de espelhos, sob a vigilância de pares (demais intérpretes e membros surdos) prontos a acusá-lo de incorrer no português sinalizado, o que poderia fazer minar o seu capital simbólico na congregação e, muito possivelmente, no mercado profissional.

Contudo, mesmo no meio protestante, essa normatividade também é recente, tendo se desenhando somente nos anos 1990. Quando batistas e luteranos iniciaram a missão com surdos na passagem dos anos 1970 para 1980, atuaram também política da comunicação total. Com efeito, a sinalização dos membros presentes era acompanhada da articulação oral. De acordo com relatos, foi somente a partir dos cursos ministrados pela linguista pioneira Lucinda Ferreira Brito, professora da UFRJ, que intérpretes ávidos por teorias que os auxiliassem em suas missões evangelísticas incorporaram a noção da libras como uma língua plena e independente do português. Em decorrência disso, ao voltarem para suas igrejas, os intérpretes passaram a fechar a boca, suprimindo a articulação na interpretação, passando a separar progressivamente os sinais da sintaxe linear do português, explorando outros recursos atribuídos à libras. O que de acordo com relatos de intérpretes pioneiros dos anos 1980, gerou protestos de muitos surdos, que estavam habituados a terem a pista da visualidade da articulação no entendimento dos discursos.

Quando inicio a minha etnografia em 2002 em igrejas protestantes essa separação já estava consolidada, intérpretes estavam plenamente normatizados em atingir um ideal da libras. Contudo, foi possível identificar esse processo ocorrendo a reboque no meio católico. Quando uma intérprete católica fez o curso para intérpretes com um renomado pastor protestante, alinhado a essa normatividade da libras, ela retornou para a Igreja Católica com a boca fechada, buscando utilizar diversos recursos visuais-gestuais que prescindiam do português. Na missa que assumiu definitivamente essa performance,

alguns surdos presentes protestaram, pedindo para ela falar e usar a sintaxe linear do português.

O contexto da comunicação total foi a política pedagógica intermediária entre o oralismo e o bilinguismo, vigente no Brasil sobretudo nos anos 1980 e 1990. Nele, pesquisas linguísticas que afirmavam o estatuto de língua das línguas de sinais já estavam sendo incorporadas por especialistas da pedagogia e fonoaudiologia. Contudo, essa filosofia educacional apostava no bimodalismo ou o português sinalizado com a intenção de promover uma aproximação entre surdos e ouvintes (familiares e profissionais especialistas) para a construção de um local simbólico comunicativo comum. Como afirmou Marta Ciccone (1990), esperar que ouvintes aprendessem exclusivamente a libras seria como replicar algo próximo do oralismo, um apagamento da diferença nas relações surdo-ouvinte. Acreditava-se também que a comunicação total facilitaria a aquisição de português pelos surdos, dado o fracasso do oralismo em muitos casos.

Historicamente, a aquisição do português foi um objetivo fundamental ao longo do século XX, tanto no período do oralismo quanto na comunicação total. A intenção de familiares, escolas e clínicas de reabilitação era conformar um habitus linguístico habilidoso em falar essa língua. Portanto, o conhecimento acumulado e a habilidade no português foram capitais valorizados na comunidade surda. Em verdade, ainda são, mas de maneira menos dita e explícita.

Por isso mesmo, as diferentes gerações de líderes surdos que compõem uma elite surda do século XX e XXI são selecionadas em extratos educados da sociedade, com habilidade destacada no português em relação a maioria. Se considerarmos a biografia do ícone surdo mais popular no século XX no Brasil, padre Vicente de Paulo Penido Burnier, presidente da Associação Alvorada dos Surdos no Rio de Janeiro por 17 anos, vemos que ele era oralizado, apesar de ter bastante trânsito na comunidade surda e saber usar sinais. O mesmo vale para a geração de surdos que fez parte do nascente *movimento de pessoas com deficiência* no começo dos anos 1980, de onde surgiu o *movimento social surdo*, que levou à fundação da Feneis em 1987. Esse era um momento em que os intérpretes eram raros, e os ativistas precisavam ter fluência em português para dialogar com o movimento de pessoas com deficiência e instâncias do Estado e da sociedade civil. João Alves, ativista surdo pioneiro, em entrevista a Brito (2021) afirma sobre esse contexto:

“Eu, Ana Regina, Carlos Alberto e outros que você lê na historiografia, nós compomos uma elite, no sentido de que sabemos mais português que a grande maioria. Então a gente tinha acesso à informação, a gente conseguia digerir essa informação e conseqüentemente se conscientizava melhor. A gente passou a transmitir isso para os surdos, despertar, conscientizar: ‘vocês têm uma língua de sinais, vocês têm direito a uma educação melhor’ etc.(Alves apud Brito 2021:108).

João Alves fez parte da primeira chapa surda da Feneis, presidida por Ana Regina Campello, fundadora da Feneis em 1987. Tal instituição surgiu no contexto da comunicação total, como é possível deduzir a partir de seu primeiro relatório anual:

“A nossa linguagem, quase todos têm dificuldade de entender, criando assim uma “filosofia oral”, o que não é muito viável para um surdo: a nossa filosofia é a Comunicação total (que insere leitura labial, leitura escrita, alfabeto manual, fala e todas as formas de comunicação), que é mais íntegro para todas as pessoas surdas e ouvintes, fazendo crescer a compreensão que é fundamental para a nossa linguagem” (FENEIS, 1987, pg. 2).

Como fica clara nessa citação, a normatividade que separa os sinais de outras formas de comunicação ainda não estava bem estabelecida na Feneis. É somente a partir da atuação de linguistas que essa normatividade se tornou bem assentada, impactando tanto as atividades missionárias pioneiras, como os discursos do movimento social surdo. Além de Lucinda Ferreira Brito (UFRJ), Fábio Brito (2021) destaca as atuações de outras linguistas do Rio de Janeiro, Tanya Ama Felipe (Feneis e UPE) e Eulália Fernandes (UERJ) no processo de oficialização da libras.

Eulália Fernandes que foi parecerista no processo legislativo que levou ao reconhecimento da libras, em entrevista a Brito (2021) faz um relato que demonstra bem a valorização do português no contexto da comunicação total pelas lideranças surdas da época, e o seu papel como linguista conformando uma normatividade que se estabeleceu.

“Lembro-me da Ana Regina Campello, do Fernando Valverde. Eram surdos considerados, de certa forma, a elite da surdez no Rio de Janeiro, simplesmente porque eram oralizados, eram surdos que conversavam com os ouvintes.... Eles viam na comunicação total a salvação da lavoura, por eles não terem esse conhecimento maior de que os sinais eram realmente uma língua... Nessa altura eu já estava melhorzinha na língua de sinais e comecei a conversar: ‘Escuta, isso é diferente da língua de sinais’. E numa dessas reuniões, muitas delas aqui em casa, nesses sofás,

eles disseram: ‘Não, mas se nós fizermos através da comunicação total os surdos poderão ter acesso à língua portuguesa, se nós fizermos os sinais junto com a língua portuguesa, eles vão saber escrever’. Eu falei ‘Ilusões de vocês, não vão, vocês vão misturar tudo’. ... Eles achavam mesmo que essa seria a saída, então o surdo melhor seria aquele que falasse não língua de sinais, porque eles nem chamavam isso de língua, mas aqueles que soubessem adaptar os sinais à língua portuguesa. Eu falei ‘Não é isso, vocês têm que preservar a língua de vocês’. (Fernandes apud Brito 2021:177-178)

Efeito do continuum: elementos do português na libras

Assim, os sinais se constituíram historicamente numa rede fundamentalmente escolar, num momento de extrema valorização da aquisição do português por surdos. Contudo, certamente ao longo das décadas, nessa própria rede sinalizante, o conhecimento e a habilidade acumulados em sinais passaram a constituir capitais linguístico facilmente revertidos em capitais sociais, como a posição de liderança surda bem exemplifica: são hábeis tanto na comunicação com ouvintes em português, quanto no uso de sinais no interior da comunidade surda.

A situação de diglossia e o continuum libras-português que se estabelece conformando habitus linguístico fazem com que diversos elementos tidos como do português ou da libras se combinem constantemente. Vou explicitar alguns desses elementos com base em minha etnografia, mas bastante inspirado também nas publicações de Xavier (2019) e Xavier e Souza (2022) sobre variações linguísticas e as relações estabelecidas entre a libras e português.

Os vários cursos de libras que fiz sempre se iniciaram com o aprendizado do alfabeto manual. Trata-se do conjunto de configurações manuais que representam as letras do alfabeto, sendo um excelente exemplo de um elemento externo que foi apropriado para a constituição das línguas de sinais. A origem do alfabeto manual usado no Brasil provavelmente remonta a Idade Média, quando monges de mosteiros beneditinos viviam em voto de silêncio e o elaboraram para a sua comunicação (Reily, 2007). Ele migrou para a educação de surdos, que surgiu no interior da Igreja Católica mesma, fazendo a provável trajetória da Espanha para França, desta para o Brasil em meados do século XIX.

O alfabeto manual garante a comunicação em português de maneira não convencional, por meio gestual-visual, e não oral-auditivo. Faz-se recurso a ele para dizer aquilo que não se tem sinal, ou não se sabe. É muito comum também que um novo conceito seja soletrado em alfabeto manual, até que se estabeleça um sinal para ele.

Nas interações iniciais com uma pessoa desconhecida, o alfabeto manual também é utilizado para informar o nome pessoal. Não raro, a letra do alfabeto que inicia o nome é usada para ser o sinal atribuído à pessoa, um nome próprio em libras. Como exemplo, o meu sinal pessoal é a mão direita em configuração manual para C (de César), em movimento de trás para frente, com torção do punho, ao lado da orelha direita. Mas isso não é uma regra, outras configurações de mão podem ser usadas para atribuição do sinal pessoal.

A presença desse elemento proveniente do português (a letra inicial da palavra) está presente nas configurações de mão em diversos sinais, não estando restrita ao sinal pessoal. Como exemplo, é o caso dos sinais FLOR, FAMÍLIA, REUNIÃO, RESTAURANTE, PIZZA, DEUS. Outros sinais apresentam uma influência ainda maior da língua portuguesa, sendo feitos pela digitação da palavra em português, mas que no uso tendem a sofrer formas de redução, como é o caso de ALHO, AZUL e SOL.

As configurações de mão do alfabeto (26 letras) estão plenamente incorporadas na libras, uma vez que são seus fonemas, isto é, elementos que compõem os sinais e que de modo contrastivo distinguem os seus significados. Embora seja importante considerar que o universo das configurações de mão seja maior, na referência do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) são em 79 (Quadros, 2019: 55).

Identificamos também outra influência do português na sinalização: o uso da articulação, a movimentação dos lábios dizendo palavras no ato conjunto da sinalização. Esse recurso também é utilizado de maneira heterogênea, de acordo com o *habitus* linguístico pessoal. Ele pode ser feito ou não com emissão de som. Além disso, essa articulação bem expressa as possibilidades dentro do continuum entre português e libras. Como exemplo, há sinalizadores que falam português e sinalizam conjuntamente, numa tendência a realizar o português sinalizado. Outros apenas articulam em português alguns sinais, ou seja, nesse caso o português articulado tende a se subordinar à ordem da sintaxe espacial da libras. De outro modo, outros movimentam os lábios unicamente em sinais que lhes parecem exigir a articulação, fazendo um uso mais restrito dessa performance.

Esse recurso da articulação em português juntamente com a sinalização pode ajudar a distinguir significados na própria sinalização. Vou dar um exemplo etnográfico. Em uma interação com uma pessoa surda, não estava claro para mim qual era o gênero da pessoa que o meu interlocutor se referia com o sinal de AMIG@, u mesmo de AMIZADE. Ao ser questionado, ele me respondeu sinalizando AMIG@ e articulando (sem som) a palavra em português “amigo”, dando ênfase ao movimento labial de “o”, para marcar o substantivo masculino.

Essa escolha da articulação do português conjuntamente com a sinalização da libras (nessas possibilidades do continuum citadas acima) auxilia o entendimento de vários sinais para um falante de português, como é o meu caso pessoal. Evidentemente que nas interações que travo, as pessoas surdas ao identificarem que sou um usuário de língua portuguesa e aprendiz de libras sentem-se motivadas a fazerem recurso à articulação, explicitando o quanto o interlocutor afeta as escolhas pragmáticas dos modos de expressão do falante.

Assim, por conta de pessoas surdas terem formação e trajetória em ambientes interlínguas, além de estarem cotidianamente em contato com ouvintes, a heterogeneidade das performances linguísticas é constante, elementos do português e da libras estão permanentemente se misturando, se complementando e concorrendo.

A lógica classificatória: habilidades e recursos convertidos em capitais linguísticos da libras

De antemão é necessário explicitar que não estou supondo o português sinalizado e a libras como dois sistemas simbólicos dados de antemão, sendo a fala a execução desses sistemas. De outro modo, a minha intenção é identificar qual a lógica classificatória de determinados sujeitos que faz com que alguns elementos sejam atribuídos a libras ou ao português sinalizado. Para descrever alguns desses critérios, vou considerar a minha etnografia em cursos de língua de sinais, bem como em interações nas quais a tensão entre esses dois modos de usar sinais se fez presente.

Como um falante nativo de português, a crítica que mais recebi de professores em cursos de libras que fiz foi: “seja mais direto, isso é português sinalizado, não é libras,

fala direto”. O que deduzi dessas reprimendas é que havia em minha produção um apego à sintaxe do português, gerando uma sinalização não econômica.

Assim, economia de sinais é um bom ponto de partida para quem deseja distanciar-se da sintaxe do português. Uma expressão que utilize sinais para todas as palavras de uma sentença do português (inclusive artigos, preposição, verbos de ligação), submetendo-se rigorosamente a sua sintaxe linear, será classificada como português sinalizado. De outro modo, quanto mais econômica for a sinalização, com uma intenção comunicativa que prescindia da tradução de todas as palavras do português, maior será a chance dessa fala ser atribuída à libras.

Entretanto, a economia de sinais não é o único fator que define essa lógica classificatória. O descolamento da sintaxe linear do português e o ato de não incorrer na sinalização de palavra por palavra demandam habilidades compensatórias para garantir uma boa comunicação. Estas são responsáveis por uma exploração estruturada de recursos gestuais e espaciais produtores de imagens, os quais são atribuídas à libras.

Um dos recursos é o modo como o movimento do sinal é feito (lembrando ser o *movimento* um dos parâmetros fonológicos constitutivos dos sinais). Consideremos possíveis gradações para o sinal de BONITO: POUCO BONITO, MUITO BONITO. Um falante pode sinalizar essas gradações utilizando os sinais POUCO + BONITO e MUITO + BONITO. Ou pode expressar simplesmente BONITO, marcando essa intensidade de beleza através das gradações de movimento e expressão facial associada. Quanto maior a tensão nos dedos e mais lento o movimento, maior será a intensidade da beleza. Conjuntamente ao sinal, a expressão facial pode expressar gradações da beleza indo da indiferença à neutralidade, até a convicção. Nesse exemplo alguns marcadores dão as pistas para a classificação. A fala mais próxima da sintaxe do português com mais sinais (POUCO E MUITO), a ausência de expressão facial e o movimento neutro de sinalização (monotonia) tendem a ser compreendidos como português sinalizado. De outro modo, a economia de sinais, a presença da expressão facial definindo significado, bem como o uso do movimento (com gradações infinitas) para carregar o sinal do adjetivo com mais ou menos intensidade são expressões tipicamente atribuídas à libras.

Sigamos com um outro exemplo. Uma sinalização que use de maneira limitada o espaço ao redor do corpo, ocupando praticamente num único quadrado restrito em frente ao sinalizador, sem rotação do tronco, associada à submissão dos sinais à

sintaxe linear do português, será classificada como português sinalizado. De outro modo, um uso amplo múltiplo e inventivo do espaço ao redor do corpo, no qual o falante posicione objetos, sujeitos, eventos, tópicos e além disso, use esses referentes para olhar, apontar, direcionar sinalização, fazendo com que eles se refiram mutuamente, mesmo que seja necessário utilizar formas de sinalização que quebre convenções rígidas do local do sinal, por exemplo, será uma fala classificada como sendo a libras. Esse falante pode inclusive usar o espaço para conjugar verbos, na medida que a direção da sinalização define os sujeitos em alguns verbos (de tipo direcionais: DAR, RESPONDER, PERGUNTAR, ABENÇOAR).

Outro recurso também é bastante ativo nessa lógica classificatórias: as incorporações típicas de narrativas. Um falante pode utilizar o discurso indireto: somente marcar o sujeito em questão e sinalizar o seu discurso em terceira pessoa. De outro modo, é possível fazer um uso do discurso direto, no qual o falante incorpore o sujeito, denotando com teatralidade suas características, sinalizando em primeira pessoa. Nesse caso, para marcar a alternâncias de personagens, faz-se uma rotação no corpo, mudando a direção da sinalização, bem como as características daquele que fala. Nesse modo de expressão, temos a combinação de recurso gestuais e espaciais, algo valorizado no que se entende por libras, que geralmente estão ausente em falas atribuídas ao português sinalizado.

Outro marcador também pode iluminar essa comparação. Uma fala que use sinais que estão nos dicionários de libras pode estar expressa tanto na sintaxe linear do português ou na sintaxe simultânea e espacial que se atribuí à libras. Contudo, tem um tipo de sinais que geralmente estão presentes em falas compreendidas como sendo da libras: os sinais classificadores, que vão além do léxico dicionarizado. São sinais que expressam características do objeto que quer representar, seja pela forma, tamanho ou movimento. Como exemplo, há sinais para MOTO e CARRO nos dicionários. Mas em uma conversa, em que o falante use classificadores para esses objetos, geralmente com configurações manuais que representam suas formas, para narrar uma colisão, utilizando também o espaço ao redor do corpo para reproduzir o evento, essa fala geralmente será atribuída à libras, tanto pelo uso dos classificadores, quanto pelo uso do espaço.

Outra característica importante seria uma morfologia própria da libras, utilizando associação entre sinais. É o caso de marcação de quantidade para MÊS ou

HORA, no qual o número de meses, ou horas, é feito conjuntamente com o sinal. O mesmo pode ser dito para alguns verbos que internalizam de maneira muito particular a forma negativa (NÃO QUERO, NÃO SEI, NÃO GOSTO). Essas construções geralmente estão ausente no uso rigoroso dos sinais na sintaxe do português.

Todas as habilidades citadas acima – economia de sinais, exploração da gradação de movimento para definir significados, presença de expressões faciais, uso gramatical do espaço, discurso direto, incorporação de personagens, uso dos classificadores, associação inventiva entre sinais – se traduzem em recursos que expressam de maneira estruturada a dimensão morfossintáticas atribuída à libras, marcando a sua distinção em relação ao português sinalizado. Nas interações tensas nas quais a legitimidade das variantes dos usos dos sinais está em disputa, tais recursos tornam-se capitais próprios da libras.

Considerações finais

O trabalho que se seguiu ainda está em elaboração. O processo de constituição da libras como língua nacional, autônoma e independente do português é bastante complexo, envolvendo gerações de sujeitos, instituições, agentes e saberes diversos. Mas o que procurei explicitar nesse artigo é o quanto nesse processo a situação da diglossia e o estabelecimento de um continuum libras-português são bastante constitutivos da libras. A variante legítima do manejo dos sinais parece ter como principal rival-espelho o manejo dos sinais na proximidade com o português, revelando uma história pouco descrita: o estabelecimento de um tabu separador e purificador dos elementos que compõem as naturezas das línguas. Com efeito, habilidades e recursos atribuídos a libras tornam-se capitais linguísticos, numa disputa classificatória em que performances linguísticas da libras e sujeitos com disposições para a sua produção estão na posição de prestígio.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.

BRITO, Fábio Bezerra de. *Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais*. Curitiba: CRV, 2021.

- CICCONE, Marta. *Comunicação total*. Rio de Janeiro: Cultura médica, 1990.
- FENEIS. Relatório anual de 1987. Rio de Janeiro, 1987.
- FERREIRA-BRITO, L. 'Similarities and differences in two Brazilian sign languages'. *Sign Language Studies*, 42, 1984. P. 45-56.
- MAUSS, Marcel. "As técnicas do corpo". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. pp. 399-422.
- OATES, Eugênio. *No silêncio da fé: catequese e oração na linguagem das mãos* [1961]. Aparecida: Santuário, 1990.
- QUADROS, Ronice. *Língua de herança: língua brasileira de sinais*. Porto Alegre: Penso, 2017.
- _____. *Libras*. São Paulo: Parábola, 2019.
- REILY, Lucia. "O papel da Igreja nos primórdios da educação dos *surdos*". In: *Revista Brasileira de Educação*, vol. 12, n. 35, pp. 308-326, agosto de 2007.
- WOODWARD, James. Variações sociolinguísticas envolvendo a linguagem americana de sinais. In: CICCONE, Marta. *Comunicação total*. Rio de Janeiro: Cultura médica, 1990. P. 64-75.
- XAVIER, André. Panorama da variação sociolinguística em línguas sinalizadas. *Claraboia*, Jacarezinho/PR, v.12, p. 48-67, jul./dez, 2019.
- _____. SOUZA, Clóvis. O alfabeto manual como recurso para a incorporação de elementos do português na formação de sinais em libras. *Cadernos do IL, Estudos Linguísticos*, p. 296-328 n. 65, dez. de 2022.